

7 - Violência por Parceiro Íntimo Contra Mulheres em Belo Horizonte: Perfil, Distribuição Territorial e Limites dos Registros Policiais (2010–2023)

Intimate Partner Violence Against Women in Belo Horizonte: Profile, Spatial Distribution, and Limitations of Police Records (2010–2023)

Laura Maria Vieira¹

Laura Talho Ribeiro²

Ana Clara Galantini Pires³

Mariana Lis Aurélio de Souza⁴

RESUMO

A violência perpetrada por parceiro íntimo constitui um problema de segurança pública e de direitos das mulheres, cuja magnitude não pode ser apreendida integralmente por registros policiais, uma vez que a passagem da experiência vivida para a formalização da ocorrência envolve processos de reconhecimento, busca por ajuda, acesso institucional e classificação administrativa. O estudo analisa o perfil das mulheres presentes nos registros de violência perpetrada por parceiro íntimo da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) e sua distribuição territorial em Belo Horizonte entre 2010 e 2023. Foram analisados 179.753 registros, selecionados a partir do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), com cruzamentos entre tipo de violência e variáveis sociodemográficas,

¹ Pesquisadora do Laboratório de Psicologia Social Jurídica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduada em Psicologia pela UFMG e mestranda em Psicologia na mesma instituição. E-mail: lauravieira.psicologia@gmail.com

² Residente pós-doutoral do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora da Rede Femjusp e do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP), doutora em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). ORCID: 0000-0002-0259-4696. E-mail: lauratalho@gmail.com

³ Analista de dados na Offerwise/Norstat e graduanda em Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: claragalantini@gmail.com

⁴ Assessora de Relações Institucionais na Secretaria-Geral do Estado de Minas Gerais, graduada em Gestão Pública pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: marianaliscontato@gmail.com

utilizando-se SPSS e Excel, além de análise espacial por bairro com Python. Os resultados indicam predominância dos registros de violência física (40,8%) e psicológica (39,1%), com diferenças na distribuição segundo escolaridade, faixa etária e raça/cor. Entre mulheres de 18 a 24 anos, a violência física correspondeu a 51,2% dos registros, enquanto entre aquelas com 55 anos ou mais predominou a violência psicológica (41,3%). Mulheres não brancas representaram 69% dos registros analisados. A distribuição territorial apresentou relativa estabilidade entre 2010 e 2023, com concentração persistente de registros em determinadas áreas. Conclui-se que os dados policiais permitem identificar padrões relevantes, mas devem ser compreendidos como resultado de um processo institucionalmente selecionado, cuja qualidade, abrangência e classificação condicionam o conhecimento produzido sobre a violência e o planejamento das políticas públicas.⁵

Palavras-chave: violência perpetrada por parceiro íntimo; violência contra as mulheres; Polícia Civil de Minas Gerais.

ABSTRACT

Intimate partner violence against women constitutes a public security and women's rights issue whose magnitude cannot be fully captured by police records, since the transition from lived experiences to the formalization of an incident involves processes of recognition, help-seeking, institutional access, and administrative classification. This study analyzes the profile of women represented in police records of intimate partner violence maintained by the Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) and their spatial distribution in Belo Horizonte between 2010 and 2023. A total of 179,753 records were analyzed, selected from the Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), with cross-tabulations between types of violence and sociodemographic variables, using SPSS and Excel, as well as spatial analysis by neighborhood using Python. The

⁵ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CNPq (Chamada CNPq/MCTI No 10/2023 – UNIVERSAL).

results indicate a predominance of physical (40.8%) and psychological violence (39.1%), with differences in their distribution according to education, age, and race/skin color. Among women aged 18–24, physical violence accounted for 51.2% of records, whereas psychological violence predominated among women aged 55 and over (41.3%). Non-white women accounted for 69% of the records analyzed. The spatial distribution remained relatively stable between 2010 and 2023, with persistent concentrations of records in certain areas. The findings indicate that police records make it possible to identify relevant patterns, but should be understood as the outcome of an institutionally selective process whose coverage, quality, and classification shape the knowledge produced about violence and the design of public policies.

Keywords: intimate partner violence; violence against women; Polícia Civil de Minas Gerais.

1 INTRODUÇÃO

A produção de políticas de segurança pública eficientes passa pelo conhecimento do público que se pretende atingir e, portanto, das vítimas de violência. Segundo Zilli (2018, p. 32), a precisão e confiabilidade dos dados constituem condição básica para a ação governamental, retroalimentando diretamente a iniciativa pretendida e determinando o grau de efetividade desta. No entanto, o próprio autor aponta a problemática invisível gerada pela subnotificação, que impede uma leitura completa do panorama de vitimização a partir dos dados produzidos pelos registros administrativos, já que não é possível inferir se todo o público pretendido no planejamento da ação foi contemplado (Zilli, 2018, p. 34). Nesse sentido, a colaboração das pessoas vitimadas em reportar os casos às forças policiais é essencial para que os dados sejam cada vez mais precisos e as políticas públicas ganhem direcionamento para atender ao problema de forma realista (Silva; Beato, 2013, p. 123).

O presente trabalho tem origem nos dados coletados a partir de um projeto de pesquisa, denominado SobreVida, que busca compreender a dinâmica da violência perpetrada por parceiro íntimo (VPI) em âmbito nacional, desenvolvendo equipes de trabalho em diversos estados do Brasil. Em Minas Gerais, a coleta de dados diz respeito à região metropolitana de Belo Horizonte, principalmente a capital e a cidade de Contagem. A rede de políticas públicas analisadas abrange setores como saúde, educação, assistência social, segurança pública e sistema de Justiça Criminal, compreendendo as relações de cooperação e colaboração entre os serviços, existentes ou não.

A VPI carrega consigo um estigma histórico que relaciona a resolução de questões conjugais, ainda que envolvam agressões, ao âmbito pessoal (Couto *et al.*, 2018, p. 2). Outros fatores como a dependência econômica da mulher em relação ao companheiro, a dificuldade de compreensão por parte de outros membros da família, o medo de sofrer represálias, o sentimento de afeto que se mantém apesar da violência e até mesmo o desconhecimento acerca de quais são as redes de apoio governamentais disponíveis, influenciam diretamente na abrangência das denúncias que chegam aos órgãos policiais (Moreira *et al.*, 2011). Além disso, as pesquisas sobre a rota crítica, ou seja, sobre o trajeto percorrido pelas mulheres para romper com a violência, têm identificado inúmeros obstáculos, respostas fragmentadas e ineficiência institucional em diversos países da América Latina (Sagot, 2000) e no Brasil (Meneghel *et al.*, 2011). Esse conjunto de fatores dificulta a decisão das mulheres de relatar seu sofrimento às forças de segurança pública e prosseguir com os devidos trâmites legais que asseguram seus direitos diante de atos violentos.

A partir da promulgação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007), a violência contra a mulher foi gradualmente compreendida não mais como questão de esfera privada, mas como problema de segurança pública, exigindo respostas articuladas entre polícia, saúde, assistência social e justiça (Couto *et al.*, 2018). Em Minas Gerais, esse arranjo institucional tem se materializado, entre outras instituições, na atuação da Polícia Civil (PCMG), responsável pelo registro, investigação e acolhimento inicial das vítimas por meio das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs).

Assim, esta pesquisa busca compreender quem são as mulheres que chegam ao momento de registro de uma ocorrência de violência e quais informações podem ser inferidas a partir dos dados administrativos da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). Parte-se do pressuposto de que os registros policiais resultam de um processo de produção e seleção dos dados, no qual a experiência vivida de violência precisa atravessar diferentes etapas até ser formalizada como ocorrência e posteriormente incorporada à base administrativa. Nesse percurso, aspectos relacionados à construção social da violência nas relações íntimas podem influenciar seu reconhecimento e nomeação, contribuindo para que determinadas experiências permaneçam fora dos registros policiais.

Além disso, a passagem da experiência vivida para a ocorrência policial envolve não apenas a decisão da mulher de procurar o serviço,

mas também condições materiais de acesso, confiança na instituição, expectativas quanto à resposta estatal, possibilidade de reunir provas e formas institucionais de reconhecimento, registro e classificação da violência. A literatura sobre as chamadas “rotas críticas” demonstra que esse percurso é marcado por obstáculos e respostas institucionais fragmentadas (Sagot, 2000; Meneghel *et al.*, 2011), enquanto estudos sobre as Delegacias da Mulher evidenciam que a transformação da violência vivenciada em uma ocorrência policial envolve processos institucionais de interpretação e tradução das demandas apresentadas pelas mulheres (Debert; Gregori, 2008; Pasinato, 2010; Santos, 2010). Desse modo, os registros analisados não devem ser compreendidos como uma representação direta da totalidade da violência perpetrada por parceiros íntimos, mas como o resultado de um percurso no qual determinadas experiências são reconhecidas, comunicadas, registradas e classificadas pelo sistema policial.

Os dados concedidos pela PCMG a respeito de vítimas de violência contra a mulher, no período de 2010 a 2023, em toda a cidade de Belo Horizonte, tornam-se objeto de análise do presente trabalho. As observações objetivam a construção de um perfil para as mulheres atendidas e questionamentos acerca do uso dos dados para a retroalimentação da própria estratégia de segurança pública.

2 ACESSO AOS DADOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As práticas de transparência, embora parte fundamental do ideal democrático de participação popular na tomada de decisões acerca das ações do Estado, ainda não são plenamente adotadas pelas instituições da segurança pública. Existem entraves burocráticos de acesso aos dados produzidos pelas entidades que dificultam que instituições externas possam produzir análises complementares que visam à geração de conhecimento com base nos registros administrativos, conforme narra Zilli (2018, p. 32). Ainda que existam garantias legais de utilização de dados públicos para fins de pesquisa por meio da Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), o acesso a esses dados ainda é dificultado, consoante o observado ao longo de nossa pesquisa.

Utilizando a previsão legal de acesso aos dados, as pesquisadoras oficiaram a Polícia Civil de Minas Gerais, por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão mantido pela Controladoria-Geral do Estado

de Minas Gerais, solicitando as planilhas de registros relacionados à violência contra a mulher contendo os seguintes dados do autor e da vítima: nome, idade, raça/etnia, nível de escolaridade, quantidade de dependentes, relação entre autor e vítima, conduta que deu ensejo ao registro e georreferenciamento do incidente.

O retorno da instituição contou com o compartilhamento parcial dos dados solicitados, alegando não poder fornecer identificadores como endereço completo e identificação das vítimas para proteção de dados sensíveis, além de não possuir dados relativos aos autores.

A utilização de dados de identificação pessoal intencionava o mapeamento da reincidência de casos de violência considerando a possibilidade de mapear o retorno de uma mesma vítima para a realização de outro registro. Já o georreferenciamento por meio do endereço ou coordenada geográfica buscava observar a distribuição de casos no território da cidade, a fim de observar a influência de serviços específicos, como as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), na quantidade de casos reportados. Ambas as análises foram inviabilizadas devido à indisponibilização desses dados pela instituição.

No entanto, a PCMG forneceu como alternativa à cessão de dados relacionados à geolocalização a informação dos bairros nos quais cada um dos casos se passou, contornando a barreira gerada pelo sigilo dos dados de localização. Assim, ainda que a análise pretendida inicialmente não tenha sido possível, a utilização dessa informação nos permitiu realizar a elaboração de mapas que serão analisados ao longo deste artigo, sendo uma alternativa para a viabilidade do trabalho de visualização da distribuição dos casos no espaço urbano.

Após o recebimento, os dados seguiram para tratamento com a utilização do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), no qual foi possível organizar os mais de 200 mil casos para a análise. Vale apontar que foram verificados, em alguns momentos, por meio de IDs (códigos únicos que correspondem a cada denunciante), mais de um registro para uma mesma mulher, identificada nas planilhas como “ID vítima”, de forma anonimizada para nosso uso. Porém, optamos por não excluir esses casos, visto que cada registro novo significava também uma nova violência cometida. Embora não tenhamos realizado a análise acerca de dados de reincidência para uma mesma mulher, entendemos que, no futuro, essa investigação é fundamental, já que as políticas devem ser particularizadas para esses casos.

A partir daí, filtramos os registros para que fosse possível estudar apenas aqueles cuja conduta violenta foi praticada por um parceiro íntimo⁶ e em que a vítima possuía 18 anos ou mais no momento do registro, chegando a 179.753 casos válidos para a análise apresentada no presente trabalho. Utilizando os *shapefiles* (arquivos que armazenam posições, formas e atributos geográficos e geoespaciais) da planta cadastral de Belo Horizonte, disponibilizados pela Prefeitura da cidade, foi possível aplicar a linguagem de programação *Python* para vincular os bairros listados em cada um dos casos aos dados geoespaciais e produzir mapas que ilustram as análises. Para permitir a comparação entre os anos, os valores foram normalizados em uma escala de 0 a 1, na qual 0 representa o menor número de casos observado e 1 o maior número de casos. A normalização preserva a distribuição espacial relativa dos casos, não representando valores absolutos.

Para o cruzamento de variáveis e visualização dos dados, que foram tratados e propriamente categorizados para os fins desta pesquisa, também foram empregadas as ferramentas SPSS e Excel para a formatação das tabelas e dos gráficos. Com o intuito primário de caracterizar o perfil das vítimas que recorrem à polícia para denunciar a violência (seja esta tentada ou consumada), a análise de fatores demográficos, como raça, gênero, idade e escolaridade, foi priorizada, sendo que esses aspectos foram estudados a partir do cruzamento entre variáveis demográficas e tipo de violência. No entanto, como objetivo secundário, também acompanhamos a evolução de cada gênero de violência ao longo dos anos a partir de 2010, por meio do cruzamento entre as variáveis ano e tipo de violência.

3 O PERFIL DAS MULHERES PRESENTES NOS REGISTROS POLICIAIS

Esta seção tem como objetivo descrever o perfil das mulheres que sofreram violências perpetradas por parceiro íntimo e cujas ocorrências foram registradas pela Polícia Civil de Minas Gerais

⁶ Enquanto “parceiro íntimo”, consideramos aqueles casos que eram registrados com as seguintes relações vítima-autor: cônjuge, ex-cônjuge, companheiro, ex-companheiro, namorado(a), passional (namoro/caso/companheiro) e relacionamento extraconjugal.

(PCMG). É importante ressaltar, contudo, que o perfil aqui apresentado corresponde às mulheres que chegaram ao sistema policial e tiveram suas experiências formalizadas em registros administrativos, não abrangendo, necessariamente, o universo das mulheres vitimadas por parceiro íntimo em Belo Horizonte. A presença dessas mulheres na base de dados resulta de um percurso que envolve processos de reconhecimento da violência, decisão de buscar ajuda e acesso aos serviços institucionais, percurso este que pode ser atravessado por diferentes obstáculos e respostas institucionais (Pasinato, 2010). Assim, os dados analisados permitem caracterizar o perfil das mulheres que acessaram o sistema policial, e não estabelecer um retrato da totalidade das mulheres em situação de violência.

A partir dessa perspectiva, buscou-se identificar, entre variáveis sociodemográficas como raça/cor, faixa etária e escolaridade, possíveis diferenças na distribuição dos registros e grupos que possam estar mais expostos a situações de vulnerabilidade. Conforme Carneiro e Veiga (2004), a vulnerabilidade pode ser compreendida como uma situação de exposição a riscos associada à reduzida capacidade material, simbólica e comportamental para enfrentar e superar os desafios com os quais os indivíduos se defrontam. Nesse sentido, a análise dessas características não pretende estabelecer relações causais entre atributos sociodemográficos e vitimização, mas identificar padrões presentes entre as mulheres que chegaram ao sistema policial e discutir de que maneira esses padrões podem contribuir para a compreensão e o direcionamento das políticas de prevenção e enfrentamento da violência.

Para a seleção das variáveis foram consideradas as informações coletadas no preenchimento do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), sistema utilizado em Minas Gerais para formalizar a ocorrência de algum fato policial (Polícia Civil de Minas Gerais, 2025). A análise desses dados pode subsidiar a formulação de políticas públicas de segurança direcionadas às mulheres com maior frequência de registros.

A priori, é relevante apresentar a distribuição dos tipos de violência sofridos por mulheres residentes em Belo Horizonte, no período de 2010 a 2023. A Tabela 1 indica que, em sua maioria, os registros referem-se à violência física ou psicológica, que correspondem a aproximadamente 80% dos casos. Já a violência patrimonial representa 3%, a moral 2,5% e a sexual 0,4%. As classificadas como “outras formas de violência” somam 14,2%. No entanto, deve ser observado que, para um mesmo caso, pode ter sido realizado o registro de diferentes tipos de violência, ou seja, a

mesma mulher pode ter sido vítima de violência psicológica e física, por exemplo.

Tabela 1 – Tipos de Violência Registrados

Tipo de Violência	Frequência	Percentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Outras violências	25.449	14,2%	14,2%	14,2%
Violência física	73.324	40,8%	40,8%	54,9%
Violência moral	4.414	2,5%	2,5%	57,4%
Violência patrimonial	5.525	3,1%	3,1%	60,5%
Violência psicológica	70.259	39,1%	39,1%	99,6%
Violência sexual	782	0,4%	0,4%	100,0%
TOTAL	179.753	100,0%	100,0%	

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Primeiramente, é necessário compreender a tipificação dos crimes que serão tratados neste trabalho, a partir da perspectiva da PCMG. Os tipos de delito são divididos em cinco categorias, como previsto na Lei Maria da Penha (nº 11.340/2006), art. 7º, incisos I a V, sendo estas: violência física, caracterizada por qualquer ato que provoque danos à integridade ou saúde corporal da mulher; violência psicológica, entendida como qualquer prática que provoque dano emocional, diminuição da autoestima ou que vise controlar as ações da mulher; violência sexual, definida como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual não desejada, ou a indução ao uso da sexualidade para fins comerciais ou a imposição de restrições aos direitos sexuais e reprodutivos; violência patrimonial, que compreende atos que visam reter, subtrair ou destruir bens e/ou documentos da mulher; e violência moral, relacionada a crimes contra a honra, como calúnia, difamação ou injúria.

Além do recorte geral, também há a variação dos tipos de violência ao longo do período de 2010 a 2023, demonstrada pela Tabela 2, que nos permite identificar possíveis tendências e mudanças nos registros das ocorrências.

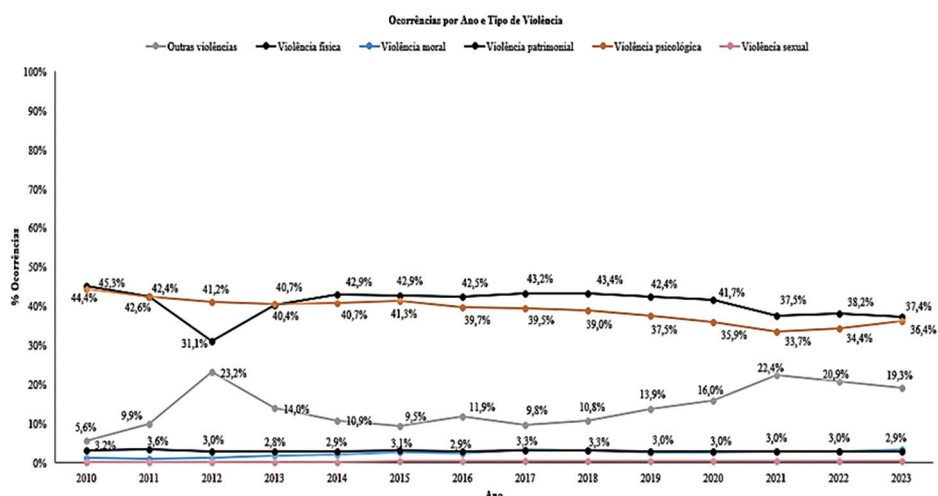
Tabela 2 – Ano de Ocorrência por Tipo de Violência

Tipo de Violência								
		Outras violências	Violência física	Violência moral	Violência patrimonial	Violência psicológica	Violência sexual	TOTAL
Ano Fato	2010	704 5,6%	5.721 45,3%	169 1,3%	406 3,2%	5.612 44,4%	31 0,2%	12.643 100%
	2011	1.226 9,9%	5.277 42,6%	148 1,2%	447 3,6%	5.261 42,4%	35 0,3%	12.394 100%
	2012	3.082 23,2%	4.130 31,1%	174 1,3%	398 3,0%	5.475 41,2%	38 0,3%	13.297 100%
	2013	1.915 14,0%	5.538 40,4%	246 1,8%	390 2,8%	5.578 40,7%	41 0,3%	13.708 100%
	2014	1.453 10,9%	5.721 42,9%	295 2,2%	384 2,9%	5.430 40,7%	44 0,3%	13.327 100%
	2015	1.187 9,5%	5.365 42,9%	340 2,7%	393 3,1%	5.172 41,3%	59 0,5%	12.516 100%
	2016	1.472 11,9%	5.249 42,5%	311 2,5%	357 2,9%	4.894 39,7%	55 0,4%	12.338 100%
	2017	1.274 9,8%	5.597 43,2%	450 3,5%	432 3,3%	5.115 39,5%	76 0,6%	12.944 100%
	2018	1.400 10,8%	5.610 43,4%	405 3,1%	424 3,3%	5.038 39,0%	55 0,4%	12.932 100%
	2019	1.855 13,9%	5.660 42,4%	347 2,6%	400 3,0%	5.004 37,5%	76 0,6%	13.342 100%
	2020	1.947 16,0%	5.077 41,7%	335 2,8%	368 3,0%	4.373 35,9%	65 0,5%	12.165 100%
	2021	2.772 22,4%	4.641 37,5%	356 2,9%	376 3,0%	4.165 33,7%	61 0,5%	12.371 100%
	2022	2.504 20,9%	4.579 38,2%	359 3,0%	357 3,0%	4.127 34,4%	62 0,5%	11.988 100%
	2023	2.658 19,3%	5.159 37,4%	479 3,5%	393 2,9%	5.015 36,4%	84 0,6%	13.788 100%
TOTAL		25.449 14,2%	73.324 40,8%	4.414 2,5%	5.525 3,1%	70.259 39,1%	782 0,4%	179.753 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A Tabela 2 apresenta a distribuição anual dos registros segundo o tipo de violência, permitindo observar mudanças na composição das ocorrências ao longo do período. Para facilitar a visualização dessas tendências, o Gráfico 1 apresenta a evolução percentual de cada tipo de violência entre 2010 e 2023. A representação gráfica permite identificar, de forma mais imediata, a predominância persistente das violências física e psicológica, bem como a alteração na participação relativa da categoria “outras violências” ao longo da série histórica.

Gráfico 1 – Evolução percentual dos registros de violência perpetrada por parceiro íntimo, segundo tipo de violência, Belo Horizonte, 2010–2023



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A evolução apresentada no Gráfico 1 evidencia relativa estabilidade das violências física e psicológica como categorias predominantes, embora ambas apresentem redução de sua participação proporcional nos anos mais recentes. Em sentido oposto, observa-se aumento da participação da categoria “outras violências”, especialmente a partir de 2021, quando alcança 22,4% dos registros, mantendo-se próxima de um quinto do total em 2023. Essa alteração merece atenção porque não é possível determinar, a partir da base analisada, se decorre de mudanças efetivas no padrão da violência ou de transformações nas práticas de registro e classificação das ocorrências.

Em relação à violência física, esta representou mais de 40% dos casos em quase todos os anos analisados, exceto em 2012, quando correspondeu a 31%, e nos últimos três anos, quando variou entre 37% e 38%. Comparativamente às demais formas de violência, essas taxas indicam que a agressão física constitui a forma mais presente nos registros analisados.

Por sua vez, a violência psicológica também apresenta uma frequência bastante elevada, com uma média de 39%, isto é, apenas 1% inferior à física. Ademais, observa-se uma tendência de queda na ocorrência desses tipos de casos no período de 2015 a 2023. No entanto, é imprescindível investigar se essa redução ocorreu devido à diminuição dos casos no município de fato ou se é resultante de uma subnotificação, ou seja, nem todos os casos estão sendo registrados. Por isso, é preciso compreender os fatores que acarretaram essa redução, até porque, segundo uma publicação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), “das diversas formas de abuso às quais uma mulher pode ser submetida, a psicológica é uma das mais sutis e devastadoras agressões cometidas. Sem marcas físicas visíveis, se instala lentamente. Em alguns casos, leva tempo para ela [a mulher] se perceber como vítima” (CNJ, 2023).

No que se refere às demais formas de violência - moral, patrimonial e sexual - nenhuma delas apresentou notificação igual ou superior a 4%. No entanto, é necessário considerar a existência de cifras ocultas associadas a esses tipos de violência, dado que a subnotificação é um fenômeno recorrente, especialmente em casos de violência sexual. De acordo com estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pela Universidade de Washington (EUA) e pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), cerca de 90% dos casos de abuso sexual não são notificados (2023). A mesma pesquisa apontou taxas de subnotificação também bastante elevadas para a violência psicológica (98,5%) e para a violência física (75,9%). Esses índices sugerem que os dados oficiais disponíveis representam apenas uma fração da realidade, indicando a necessidade de cautela na interpretação dos registros.

Por fim, entre os anos de 2010 e 2023, foram registrados aproximadamente 180 mil casos na cidade de Belo Horizonte, considerando apenas os dados da Polícia Civil, ou seja, de mulheres que efetivamente chegaram a buscar algum tipo de reprimenda penal para os autores da violência cometida ou de proteção policial para si - o que nem sempre é o desejo da vítima, como demonstram alguns estudos (Gregori, 1993; Santos; Izumino, 2005). Isso denota a magnitude da problemática da violência perpetrada por parceiros íntimos no município.

A distribuição dos tipos de violência constitui, contudo, apenas uma primeira aproximação aos registros. Para compreender como essas ocorrências se distribuem entre as mulheres que acessaram o sistema policial, a análise foi desagregada segundo características sociodemográficas, considerando escolaridade, faixa etária e raça/cor, como trazemos a seguir.

3.1 ANÁLISE DA ESCOLARIDADE

A escolaridade constitui uma dimensão relevante para analisar a composição dos registros segundo os diferentes tipos de violência. Os dados da Tabela 3 indicam que a participação da violência física tende a diminuir à medida que aumenta o nível de escolaridade, embora essa relação não seja estritamente linear entre todas as categorias. Entre mulheres analfabetas, 45,2% dos registros correspondem à violência física, percentual que chega a 46,7% entre aquelas com ensino médio incompleto, mas diminui para 31,1% entre as mulheres com ensino superior completo e para 23,0% entre aquelas com pós-graduação. Em sentido inverso, a categoria “outras violências” representa 13,4% dos registros entre mulheres analfabetas e alcança 19,9% entre aquelas com ensino superior completo e 26,6% entre as mulheres com pós-graduação.

A violência psicológica apresenta comportamento distinto. Sua participação permanece relativamente estável entre os diferentes níveis de escolaridade, variando de 35,8% entre mulheres analfabetas a 40,4% entre aquelas com ensino fundamental incompleto e 39,5% entre as mulheres com pós-graduação. Já as violências moral e patrimonial apresentam participação proporcionalmente maior entre mulheres com níveis mais elevados de escolaridade, especialmente a partir do ensino superior. A violência moral, por exemplo, passa de 1,6% entre mulheres analfabetas para 4,7% entre aquelas com ensino superior completo e 6,4% entre as que possuem pós-graduação.

Entre as diferentes classificações utilizadas para mensurar o nível de escolaridade, cabe indagar o que, de fato, significa ser considerado “alfabetizado”. A aparente neutralidade do termo pode ocultar realidades e posições sociais e educacionais bastante distintas, ainda que dentro do mesmo grupo.

Tabela 3 – Grau de Escolaridade das Vítimas por Tipo de Violência

Tipo de Violência								
		Outras violências	Violência física	Violência moral	Violência patrimonial	Violência psicológica	Violência sexual	TOTAL
Escolaridade	Analfabeto	116 13,4%	392 45,2%	14 1,6%	33 3,8%	310 35,8%	2 0,2%	867 100%
	Alfabetizado	1.790 11,3%	7.349 46,4%	245 1,5%	463 2,9%	5.953 37,6%	40 0,3%	15.840 100%
	Fund. Incompleto	3.041 11,4%	11.570 43,4%	517 1,9%	632 2,4%	10.766 40,4%	106 0,4%	26.632 100%
	Fund. Completo	1.745 11,3%	6.894 44,8%	282 1,8%	381 2,5%	6.034 39,2%	59 0,4%	15.395 100%
	Médio Incompleto	2.075 11,2%	8.656 46,7%	296 1,6%	422 2,3%	7.016 37,9%	60 0,3%	18.525 100%
	Médio Completo	7.141 13,6%	21.103 40,1%	1.283 2,4%	1.694 3,2%	21.171 40,2%	230 0,4%	52.622 100%
	Superior Incompleto	1.786 15,8%	4.181 37,1%	437 3,9%	432 3,8%	4.358 38,6%	82 0,7%	11.276 100%
	Superior Completo	3.001 19,9%	4.696 31,1%	716 4,7%	690 4,6%	5.897 39,1%	84 0,6%	15.084 100%
	Pós-graduação	726 26,6%	626 23,0%	174 6,4%	105 3,9%	1.077 39,5%	17 0,6%	2.725 100%
TOTAL		21.421 13,5%	65.467 41,2%	3.964 2,5%	4.852 3,1%	62.582 39,4%	680 0,4%	158.966 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Esses resultados não permitem afirmar, contudo, que a escolaridade seja, por si só, um fator de proteção contra a violência física ou que mulheres com maior escolaridade estejam necessariamente mais expostas a formas não físicas de violência. O que os dados permitem observar é uma diferença na composição dos registros segundo o nível de escolaridade. Essa distinção é importante porque a base analisada corresponde às ocorrências que chegaram ao sistema policial, e não à totalidade das experiências de violência. Assim, as diferenças observadas podem refletir tanto características das próprias experiências de violência quanto diferenças nas possibilidades de reconhecê-las, nomeá-las, buscar ajuda e acessar os serviços institucionais.

Estudos de base populacional realizados no Brasil também identificam relações entre escolaridade e violência por parceiro íntimo, embora os resultados indiquem que essa associação deve ser interpretada em conjunto com outras dimensões socioeconômicas e demográficas. Na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, Vasconcelos *et al.* (2021) encontraram maior prevalência de violência por parceiro íntimo entre mulheres com menor escolaridade na análise descritiva; entretanto, após o ajuste por outras características, permaneceram associadas ao desfecho principalmente as faixas etárias mais jovens e a renda inferior a um salário mínimo. Esse resultado é particularmente relevante para a presente análise, pois sugere cautela diante de interpretações que atribuam à escolaridade, isoladamente, um papel explicativo sobre a ocorrência da violência.

Em estudos baseados em registros de saúde, também foram identificadas associações entre baixa escolaridade e violência por parceiro íntimo. A análise nacional das notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), entre 2011 e 2017, identificou a idade e a escolaridade entre os fatores associados à VPI, além de apontar diferenças segundo o tipo de violência registrada (Mascarenhas *et al.*, 2020).

No entanto, a relação entre escolaridade e violência não deve ser compreendida apenas em termos de maior ou menor vulnerabilidade individual. A escolaridade integra um conjunto mais amplo de condições materiais e sociais que podem influenciar tanto a experiência da violência quanto as possibilidades de enfrentamento e acesso à proteção. Estudo recente de base populacional realizado no Sul do Brasil, por exemplo, encontrou maior prevalência de violência por parceiro íntimo entre mulheres pretas ou pardas com baixa escolaridade e entre mulheres brancas com baixa escolaridade, quando comparadas às brancas com maior escolaridade, evidenciando a importância de considerar a interação entre marcadores sociais em vez de analisá-los isoladamente (Simon *et al.*, 2026).

No caso da presente pesquisa, essa cautela é particularmente importante porque a base da PCMG não contém informações sobre renda, dependência econômica ou outras dimensões que poderiam ajudar a interpretar as diferenças observadas. Além disso, a maior participação de determinadas categorias entre mulheres com maior escolaridade pode estar relacionada não apenas à experiência da violência, mas também às condições de reconhecimento e formalização de formas de agressão menos

imediatamente identificáveis. A expressiva participação da categoria “outras violências” entre mulheres com ensino superior e pós-graduação, portanto, constitui um achado que merece investigação adicional, sobretudo por não ser possível identificar, a partir da base disponibilizada, quais condutas concretas estão reunidas nessa classificação.

3.2 ANÁLISE DA FAIXA ETÁRIA

Outro fator considerado em nossa análise foi a faixa etária. Para isso, as mulheres foram agrupadas em cinco categorias: 18 a 24 anos, 25 a 34 anos, 35 a 44 anos, 45 a 54 anos e 55 anos ou mais.

Tabela 4 – Faixa Etária das Vítimas por Tipo de Violência

Tipo de Violência								
		Outras violências	Violência física	Violência moral	Violência patrimonial	Violência psicológica	Violência sexual	TOTAL
Faixa Etária	18 a 24 anos	3.657 10,2%	18.259 51,2%	383 1,1%	860 2,4%	12.366 34,7%	159 0,4%	35.689 100%
	25 a 34 anos	8.610 13,3%	27.777 42,8%	1.213 1,9%	1.873 2,9%	25.138 38,8%	257 0,4%	64.868 100%
	35 a 44 anos	8.021 15,7%	18.459 36,2%	1.649 3,2%	1.631 3,2%	20.937 41,1%	240 0,5%	50.937 100%
	45 a 54 anos	3.667 17,5%	6.763 32,2%	844 4,0%	801 3,8%	8.813 42,0%	105 0,5%	20.993 100%
	55 anos ou mais	1.494 20,5%	2.066 28,4%	325 4,5%	360 5,0%	3.005 41,3%	21 0,3%	7.271 100%
TOTAL		25.449 14,2%	73.324 40,8%	4.414 2,5%	5.525 3,1%	70.259 39,1%	782 0,4%	179.753 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Os dados indicam diferenças importantes na composição dos registros segundo a faixa etária. Entre as mulheres de 18 a 24 anos, a violência física correspondeu a 51,2% dos registros, percentual que diminui progressivamente nas faixas etárias seguintes, chegando a 28,4% entre aquelas com 55 anos ou mais. Em sentido inverso, a violência psicológica passa a representar a principal categoria a partir dos 35 anos, alcançando 42,0% entre as mulheres de 45 a 54 anos e 41,3% entre aquelas com 55 anos ou mais. Esse padrão encontra correspondência parcial em estudos realizados com outras bases de notificação. Na análise nacional das notificações de VPI registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) entre 2011 e 2017, Mascarenhas *et al.* (2020) identificaram maior proporção de VPI entre mulheres de 20 a 39 anos e observaram associação da violência física com essa faixa etária, enquanto a violência psicológica apresentou maior proporção entre mulheres com 40 anos ou mais.

Embora as fontes e os procedimentos de registro sejam distintos, essa convergência sugere que a idade pode estar relacionada a diferentes formas de manifestação, reconhecimento e registro da violência. Contudo, os dados da PCMG não permitem afirmar que mulheres mais jovens estejam necessariamente mais expostas à violência física ou que mulheres mais velhas estejam mais sujeitas à violência psicológica. O que se observa é uma diferença na composição dos registros segundo a idade, que pode resultar tanto de diferenças nas experiências de violência quanto nos modos de reconhecimento, busca por ajuda e classificação das ocorrências.

Essa mesma tendência de crescimento com a idade também é observada nas violências moral e patrimonial. Por outro lado, a violência sexual apresenta distribuição relativamente homogênea entre os diferentes grupos etários, sem variações percentuais expressivas.

O crescimento proporcional da categoria “outras violências” com o avanço da idade também merece atenção. Entre as mulheres de 18 a 24 anos, essa categoria corresponde a 10,2% dos registros, alcançando 20,5% entre aquelas com 55 anos ou mais. Esse resultado pode estar relacionado a diferenças na identificação e nomeação das experiências de violência, mas também pode refletir práticas distintas de preenchimento e classificação pelos agentes responsáveis pelo registro. A ausência de informações mais detalhadas sobre o conteúdo dessa categoria impede avançar sobre essas hipóteses a partir da base quantitativa, indicando a necessidade de estudos qualitativos e de aprimoramento dos instrumentos de registro.

3.3 ANÁLISE DA COR/RAÇA

Por fim, a última variável analisada foi a cor da pele das mulheres que aparecem nos registros da PCMG. Em nossas análises, agrupamos as categorias “parda”, “negra”⁷ e “amarela” do banco de dados para designar vítimas não brancas, enquanto reunimos na categoria de vítimas brancas, aquelas registradas nas categorias “branca” ou “albina”⁸.

Mulheres não brancas correspondem a aproximadamente 69% dos registros analisados, enquanto as mulheres brancas representam 31%. Essa diferença indica uma maior presença de mulheres não brancas na base da PCMG, mas não permite, isoladamente, concluir que elas apresentem maior prevalência ou risco de violência, uma vez que os registros policiais resultam de processos diferenciados de vitimização, reconhecimento da violência, busca por ajuda e acesso institucional, conforme já apontado.

A predominância de mulheres negras entre registros de violência por parceiro íntimo também aparece em outras bases institucionais. No VIVA Inquérito 2017, 70,2% das mulheres adultas atendidas por violência física perpetrada por parceiro íntimo eram negras (Vasconcelos *et al.*, 2022), enquanto Garcia e Silva (2018) identificaram proporção semelhante (70%) entre as mulheres vítimas de VPI atendidas em serviços de urgência e emergência nas capitais brasileiras. Esses resultados sugerem que a maior presença de mulheres negras entre registros institucionais de violência não constitui uma particularidade dos dados da PCMG. Entretanto, diferentes fontes capturam diferentes momentos do percurso institucional, razão pela qual a convergência dos percentuais deve ser interpretada como evidência de um padrão recorrente de desigualdade, e não como medida direta de risco ou prevalência.

⁷ De acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), essa classificação que distingue “negra” de “parda” não estaria correta, pois “negra” é compreendida como a combinação entre “parda” e “preta”. Porém, para fins de análise, simplificamos as categorias utilizadas pela PCMG, colocando-as de forma agrupada.

⁸ Novamente, usando como referência a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a classificação “albina” apresenta uma imprecisão, já que não é uma das opções elencadas pelo Instituto. Contudo, com o intuito de simplificar as categorias para fins de análise, a agrupamos com a categoria “branca”.

Tabela 5 – Cor da Pele das Vítimas por Tipo de Violência

Tipo de Violência								
		Outras violências	Violência física	Violência moral	Violência patrimonial	Violência psicológica	Violência sexual	TOTAL
Cor/ Raça	Branca	7.756 15,2%	19.661 38,5%	1.651 3,2%	1.763 3,5%	19.992 39,1%	253 0,5%	51.076 100%
	Não-Branca	14.427 12,7%	48.370 42,5%	2.457 2,2%	3.196 2,8%	44.766 39,4%	469 0,4%	113.685 100%
TOTAL		22.183 13,5%	68.031 41,3%	4.108 2,5%	4.959 3,0%	64.758 39,3%	722 0,4%	164.761 100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A análise segundo o tipo de violência também revela diferenças, embora menos acentuadas. A violência física corresponde a 42,5% dos registros entre mulheres não brancas e a 38,5% entre mulheres brancas, enquanto a violência psicológica representa 39,4% e 39,1%, respectivamente. As diferenças observadas são, portanto, mais expressivas na composição racial do conjunto de registros do que na distribuição dos diferentes tipos de violência dentro de cada grupo.

Esse resultado deve ser analisado em articulação com outras dimensões de desigualdade. Estudos de base populacional indicam que raça/cor e escolaridade podem operar de maneira interseccional na experiência da violência por parceiro íntimo. Na Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, por exemplo, Vasconcelos *et al.* (2026) identificaram maior prevalência entre mulheres mais jovens, pretas e com menor escolaridade na análise descritiva, enquanto a idade e a baixa renda permaneceram associadas ao desfecho após o ajuste. Mais recentemente, Simon *et al.* (2026) encontraram maior prevalência de VPI entre mulheres pretas ou pardas com baixa escolaridade, reforçando a importância de análises que considerem a interação entre marcadores sociais em vez de tratá-los como dimensões isoladas.

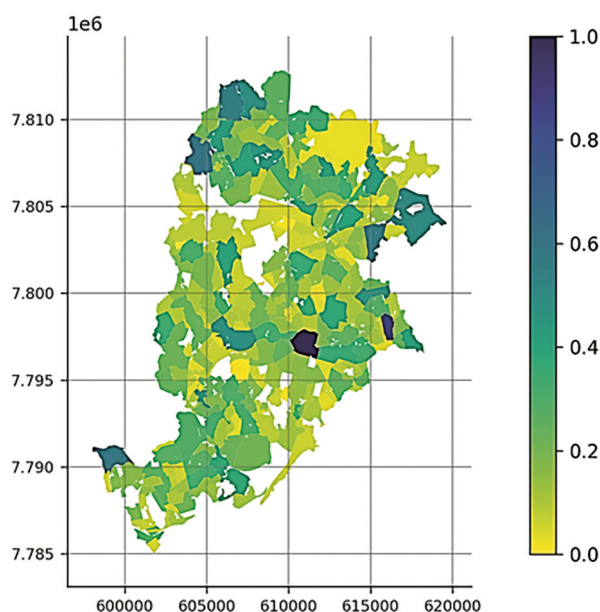
No entanto, a base da PCMG não dispõe de variáveis como renda ou dependência econômica, o que limita a possibilidade de aprofundar essa análise. A ausência dessas informações é particularmente relevante porque as condições materiais podem interferir tanto na exposição à violência quanto nas possibilidades de rompimento da relação e de acesso aos serviços de proteção.

Em suma, essa seção buscou compreender o perfil sociodemográfico das mulheres contabilizadas nos registros da PCMG e quais são algumas das características presentes nos registros de violência. Esse é um passo fundamental para aprimorar os instrumentos de prevenção e enfrentamento da violência doméstica.

4 A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS REGISTROS DE VIOLÊNCIA

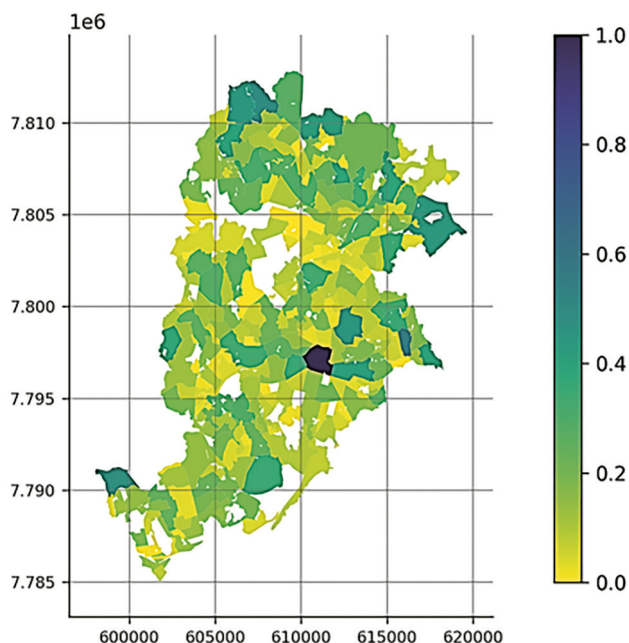
O tratamento dos registros oficiais compartilhados pela PCMG permitiu analisar a distribuição territorial, por bairro, dos casos reportados entre 2010 e 2023 na cidade de Belo Horizonte. A partir dessas informações, foram produzidos mapas que ilustram a distribuição dos dados por bairro, elaborados com a linguagem de programação Python. A leitura proposta analisa dois momentos, com o intuito de observar mudanças na distribuição dos casos ao longo do período estudado: o primeiro mapa apresenta dados de 2010; o segundo, de 2023.

Mapa 1 – Distribuição relativa dos registros de violência perpetrada por parceiro íntimo por bairro em Belo Horizonte, 2010



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Mapa 2 – Distribuição relativa dos registros de violência perpetrada por parceiro íntimo por bairro em Belo Horizonte, 2023



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Analisando os mapas produzidos, não é possível notar variações significativas nos padrões de distribuição dos registros da VPI na cidade de Belo Horizonte. Ainda que haja oscilações de número de registros em alguns bairros, tanto em aumento quanto em diminuição, o panorama geral dos relatos segue sendo muito similar ao longo dos 14 (catorze) anos observados. Adiciona-se a esse fato o aumento do número geral de registros, saindo de 12.643 em 2010 para 13.788 em 2023. A falta de mudanças documentadas pelos dados administrativos levanta questionamentos acerca de como (e se) estes estão sendo utilizados para aprimorar a política de segurança pública. Conforme apontado por Zilli, “o conhecimento adequado dos problemas sobre os quais se pretende atuar determinará, em muitos sentidos, o grau de eficácia e efetividade das iniciativas estatais” (2018, p. 32).

Sendo assim, delineiam-se dois questionamentos principais acerca do uso dos dados da Polícia Civil de Minas Gerais para o aprimoramento de suas próprias atividades. O primeiro deles diz respeito à forma como tais anotações são utilizadas para subsidiar estratégias de ação dos serviços públicos e, no caso da PCMG, a atuação junto à população para prevenção e mitigação de violências perpetradas por parceiro íntimo. O entendimento de quais são os públicos vitimados e as regiões da cidade com maior incidência criminal é material fundamental para o desenho de políticas localizadas de atendimento a esse público, ação que poderia levar a uma mudança do cenário observado.

A existência de registros administrativos organizados constitui uma importante fonte para a análise da distribuição territorial da violência, mas a janela aberta por esses dados é institucionalmente delimitada: ela permite observar as ocorrências que foram comunicadas, registradas e classificadas pelo sistema policial, mas não o conjunto das violências efetivamente vivenciadas no território. Lima (2008) aponta para o fato de que o Brasil sustenta as estratégias de intervenção estatal quase que exclusivamente em fontes de registros oficiais, embora não tenha um histórico de tratamento dos dados adquiridos para que alcancem a dimensão de informação, produzida para que possa ser interpretada no sentido da melhoria de uma realidade fática do trabalho da instituição. A questão em foco não é a inexistência dos dados por si só, embora ainda existam inconsistências e problemas de precisão nos registros feitos em todo o país, mas sim na escolha política do uso dos dados coletados:

O modelo brasileiro não superou a dimensão do registro de fatos criminais, aqui incluídas ocorrências policiais e dados prisionais, e, conseqüentemente, não toma a produção de dados pelas instituições de segurança e justiça como passo inicial para a utilização de informações e, a partir daí, para o acúmulo de conhecimento sobre os fenômenos sociais derivados das situações e casos descritos (Lima, 2008, p. 66).

Além de observar a ausência de mudanças significativas no que diz respeito ao número de ocorrências oficializadas em cada um dos bairros, torna-se relevante observar também quais são as regiões que permanecem com maior número de registros. É possível identificar o bairro Centro como um dos que permanece concentrando um alto número de registros, fator que não sofre mudança ao longo do tempo, em consonância com o que é construído por Corrêa (2017) ao produzir mapas utilizando dados do Registro de Evento de Defesa Social fornecidos pela Secretaria de Estado

de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais. Este bairro de Belo Horizonte é um espaço que concentra uma parte expressiva da população em situação de rua de Belo Horizonte, bem como uma grande parte dos serviços direcionados ao atendimento de mulheres vítimas de violência, inclusive a Casa da Mulher Mineira, a unidade da PCMG especializada em atender demandas espontâneas de mulheres em situação de violência.

Ainda que exista uma lacuna na literatura no que diz respeito ao papel dos serviços de proteção em relação ao aumento do número de registros de violência, Silveira (2006) destaca que as delegacias especiais, serviço ofertado pela Polícia Civil, são ferramentas de visibilização das violências às quais seu público-alvo está submetido. Uma questão relevante para a compreensão do papel da localização dos serviços no volume de registros realizados refere-se à possibilidade de correlação entre a concentração dessas ocorrências e a presença de equipamentos policiais em determinadas áreas.

Já com relação à dinâmica de registros e o retrato socioeconômico dos bairros, é possível notar que a localização de vilas e favelas coincide com um número maior de registros de casos de violência perpetrada por parceiro íntimo em Belo Horizonte, fato também corroborado pela produção de Corrêa (2017). Krenzinger *et al.* (2021) discorrem acerca da importância de se levar em consideração as dinâmicas de desigualdades na análise do desempenho de políticas de segurança pública. Fatores como a indisponibilidade de serviços de lazer e cultura, bem como a insegurança financeira fazem parte do cenário da violência dentro do âmbito do lar. No entanto, a literatura disponível discute pouco acerca da temática, raramente endereçando a relação entre os números de denúncias de violência e os fatores de vulnerabilidade presentes em ambientes marginalizados.

O segundo questionamento a ser levantado, considerando o uso dos dados para desenho de perfil de vítima e de agressor, está relacionado com a representatividade dos casos registrados em relação a todos aqueles que de fato ocorrem. O grau de confiança da população na instituição policial é um dos principais fatores a determinar o contato entre as vítimas e os policiais, situação agravada pela natureza da agressão, muitas vezes tratada como algo a ser resolvido em âmbito privado. Esses fatores influenciam diretamente na subnotificação que pode ser percebida nos dados de registros oficiais que só são capazes de representar os números de pessoas que acessaram o sistema para realizar uma denúncia (Couto *et al.*, 2018; Zilli, 2018; Oliveira Júnior, 2011).

Silva e Beato (2013) descrevem um ciclo de eficiência da ação da polícia com base na confiança e cooperação da população. Os relatos de eventos criminais ocorrem mediante a crença da população de que a instituição policial será capaz de prestar um bom serviço, o que retroalimenta o sistema com dados mais precisos sobre a incidência criminal e permite uma atuação mais eficaz. Segundo os autores,

Padrões de incidência do crime direcionam a atuação policial, interferindo nos registros policiais. Como a polícia pauta suas ações de prevenção em registros, o policiamento é direcionado para localidades com maior tendência à reportagem de incidentes criminais. Mesmo quando há crime, a ausência de registros provoca o arrefecimento do policiamento, o que contribui para o aumento ou manutenção da criminalidade. (Silva; Beato, 2013, p. 124).

Os resultados da análise territorial devem, portanto, ser interpretados a partir da dupla condição dos registros policiais: eles constituem uma fonte relevante para identificar padrões de distribuição das ocorrências que chegam ao sistema de segurança pública, mas também são produzidos por um processo institucionalmente seletivo. A concentração persistente de registros em determinadas áreas pode refletir diferenças na ocorrência da violência, mas também pode estar relacionada à localização e à disponibilidade dos serviços, às possibilidades de acesso, à confiança nas instituições e às condições sociais que favorecem ou dificultam a comunicação das ocorrências. Nesse sentido, a estabilidade observada entre 2010 e 2023 não permite concluir que a distribuição territorial da violência tenha permanecido inalterada, mas indica a permanência de determinados padrões na distribuição dos registros policiais. A análise territorial evidencia, assim, tanto a utilidade dos dados administrativos para identificar áreas que demandam atenção das políticas públicas quanto a necessidade de articulá-los com outras fontes de informação, de modo a evitar que a concentração dos registros seja tomada como equivalente à concentração da violência vivenciada no território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises dos dados da PCMG que foram apresentadas neste trabalho, nota-se como a violência perpetrada por parceiro íntimo carrega diversos fatores que dificultam o seu debate,

assim como aspectos que muitas vezes impedem a denúncia por parte da vítima, como a dependência econômica e os laços afetivos, ou os entraves em se acessar o sistema policial, por exemplo. Da mesma forma, a maior presença de mulheres negras nos registros evidencia a necessidade de considerar desigualdades racializadas e sua articulação com condições socioeconômicas e institucionais na análise da violência perpetrada por parceiro íntimo, o que traz “[...] para o centro do debate o racismo, o machismo e a objetificação do corpo das mulheres negras como variáveis centrais para compreensão destes resultados” (Bueno *et al.*, 2023, p. 40).

Ao analisar os mapas apresentados neste trabalho, levantam-se questionamentos em relação ao uso efetivo dos dados para a prevenção e o combate à violência doméstica e para subsidiar demais estratégias de intervenção, uma vez que mudanças expressivas nos padrões de distribuição dos casos em Belo Horizonte, especialmente na região Central, não ocorrem ao longo do tempo. Os fatores citados neste trabalho, aliados ao fenômeno da subnotificação de crimes de violência contra a mulher no Brasil, não apenas falham em contribuir para a integral compreensão do cenário atual, mas também impedem sua leitura real por órgãos públicos encarregados de formular políticas públicas eficazes e precisas.

Tendo em vista que as políticas de intervenção são fundamentadas quase que exclusivamente em registros oficiais, como apontado por Lima (2008), as práticas de padronização, precisão, organização e disponibilização dos dados da PCMG (e de demais órgãos) mostram-se indispensáveis para a formulação e manutenção das políticas públicas relacionadas à temática. Dito isso, nota-se como os registros não permitem apreender a totalidade do fenômeno, não apenas porque parte das experiências não chega ao sistema policial, mas também porque aquilo que chega é submetido a processos institucionais de classificação e sistematização que condicionam as dimensões da violência que permanecem disponíveis para análise, como, por exemplo, o uso de categorias raciais em desacordo com as empregadas pelo IBGE ou a denominação “outras violências”, que não traz nenhuma informação substancial para auxiliar na formulação de respostas contra a violência doméstica.

Além disso, como assinalado por Santos e Izumino (2005), é importante ressaltar que, embora as relações afetivas carreguem diversos aspectos da desigualdade de gênero, as mulheres também podem participar da (re)produção de papéis sociais que legitimam as violações. Nesse sentido, o enfrentamento da violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos não apenas exige estruturas institucionais robustas

e comprometidas com a coleta e o uso dos dados, mas também demanda transformações sociais capazes de abordar as questões complexas, porém essenciais para a transformação do cenário atual e para conter os crimes de violência de gênero.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, edição extra, p. 1, 18 nov. 2011. Disponível em: Câmara dos Deputados – Lei nº 12.527/2011. Acesso em: 14 ago. 2026.

BUENO, Samira; MARTINS, Juliana; BRANDÃO, Juliana; SOBRAL, Isabela; LAGRECA, Amanda. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Relatório de pesquisa. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2025.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira; VEIGA, Laura da. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores.** Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2).

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Silenciosa e brutal, violência psicológica atinge milhares de mulheres no Brasil.** Brasília, DF: CNJ, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/silenciosa-e-brutal-violencia-psicologica-atinge-milhares-de-mulheres-no-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

CORRÊA, Danielle Cristina Gomes. **Banco de dados geográfico na gestão territorial: produção de informação sobre violência contra mulher em Belo Horizonte (2010 a 2016).** 2017. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Departamento de Cartografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

COUTO, Vinicius Assis; ROCHA, Rafael Lacerda Silveira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; SILVEIRA, Andrea Maria. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 2, e45859, 2018. DOI: 10.1590/1806-9584-2018v26n245859. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/45859?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 14 jul. 2025.

DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 165–185, 2008. DOI: 10.1590/S0102-

69092008000100011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/HpSYn9QgsGqLZYZHvyjTgRh/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR . Acesso em: 14 jul. 2026.

GARCIA, Leila Posenato; SILVA, Gabriela Drummond Marques da. Violência por parceiro íntimo: perfil dos atendimentos em serviços de urgência e emergência nas capitais dos estados brasileiros, 2014. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 4, e00062317, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00062317. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/6758/14585> . Acesso em: 31 jul. 2026.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. São Paulo: Paz e Terra; ANPOCS, 1993.

KREZNINGER, Miriam; FARIAS, Patricia; MORGADO, Rosana; McILWAINE, Cathy. Violência de gênero e desigualdade racial em uma pesquisa com mulheres no território conflagrado do Conjunto de Favelas da Maré/Rio de Janeiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 266–289, 2021. DOI: 10.22409/tn.v19i38.47366. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47366/28674> . Acesso em: 30 jun. 2025.

LIMA, Renato Sérgio de. A produção da opacidade: estatísticas criminais e segurança pública no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 80, p. 65–69, 2008. DOI: 10.1590/S0101-33002008000100005. Disponível em: https://www.scielo.br/j/nec/a/vPJTzYNNfzNc7JyqSxMcw/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR . Acesso em: 14 ago. 2026.

MASCARENHAS, Márcio Dênis Medeiros; TOMAZ, Gabriela Rodrigues; MENESES, Gabriel Medina Sobreira de; RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; PEREIRA, Vinícius Oliveira de Moura; CORASSA, Rafael Bello. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011–2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, supl. 1, e200007.SUPL.1, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbepid/a/vngYfCPbvZZD5nLtBtYxQ3p/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR . Acesso em: 8 ago. 2026.

MENEGHEL, Stela Nazareth; BAIROS, Fernanda; MUELLER, Betânia; MONTEIRO, Débora; OLIVEIRA, Lidianne Pellenz de; COLLAZIOL, Marcell Emer. Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 647–654, 2011. Disponível em: <https://cadernos.ensp.fiocruz.br/ojs/index.php/csp/article/view/4578/9334> . Acesso em: 10 ago. 2026.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v.

23, n. 2, p. 398–406, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WbDHZ6DNq4yczL7hf5TphYQ> . Acesso em: 28 jun. 2025.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de. *Dá para confiar nas polícias? Confiança e percepção social da polícia no Brasil*. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 6–22, 2011. DOI: 10.31060/rbsp.2011.v5.n2.94. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/94/91>. Acesso em: 1 jun. 2025.

PASINATO, Wânia. *Lei Maria da Penha: novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos?* **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216–232, 2010. DOI: 10.15448/1984-7289.2010.2.6484. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/6484> . Acesso em: 9 ago. 2026.

POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS. **Registrar ocorrência policial (REDS)**. Portal MG.GOV.BR, 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/servico/registrar-ocorrencia-policial-reds> . Acesso em: 30 jun. 2025.

SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países**. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

SANTOS, Cecília MacDowell. *Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado*. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 89, p. 153–170, 2010. Disponível em: <https://doaj.org/article/80cf1c4080fc4c5588e587c1ee8657a6?> . Acesso em: 14 ago. 2026.

SANTOS, Cecília MacDowell; PASINATO IZUMINO, Wânia. *Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil*. **EIAL – Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 16, n. 1, p. 147–164, 2005. DOI: 10.61490/eial.v16i1.482. Disponível em: <https://eialonline.org/index.php/eial/article/view/482> . Acesso em: 30 jun. 2025.

SILVA, Geélison F.; BEATO, Cláudio. *Confiança na polícia em Minas Gerais: o efeito da percepção de eficiência e do contato individual*. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1–30, jun. 2013. DOI: 10.1590/S0104-62762013000100006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/WbDHZ6DNq4yczL7hf5TphYQ/?lang=pt> . Acesso em: 1 jun. 2025.

SILVEIRA, Lenira Politano da. *Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência*. In: DINIZ, Simone; SILVEIRA, Lenira; MIRIM, Liz (org.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher (1980–2005): alcances e limites**. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006.

SIMON, Camila; COSTA, Juvenal Soares Dias da; OLINTO, Maria Teresa Anselmo; BAIRROS, Fernanda Souza de; GONÇALVES, Tonantzin Ribeiro. *Violência por parceiro íntimo e fatores associados entre mulheres adultas: um estudo de base populacional*. **Revista de Saúde Pública**, v. 60, e17, maio

2026. Disponível em: <https://rsp.fsp.usp.br/pt-br/article/violencia-por-parceiro-intimo-e-fatores-associados-entre-mulheres-adultas-um-estudo-de-base-populacional/> . Acesso em: 11 ago. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Pesquisa mostra alto índice de subnotificação de violência contra as mulheres no Brasil.** Portal da UFMG, 13 maio 2024. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisa-mostra-alto-indice-de-subnotificacao-de-violencia-contra-as-mulheres-no-brasil> . Acesso em: 1 jun. 2025.

VASCONCELOS, Nádia Machado de; ANDRADE, Fabiana Martins Dias de; GOMES, Crizian Saar; PINTO, Isabella Vitral; MALTA, Deborah Carvalho. **Prevalência e fatores associados a violência por parceiro íntimo contra mulheres adultas no Brasil: Pesquisa Nacional de Saúde, 2019.** SciELO Preprints, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2932> . Acesso em: 10 ago. 2026.

VASCONCELOS, Nádia Machado de; ANDRADE, Fabiana Martins Dias de; GOMES, Crizian Saar; BERNAL, Regina Tomie Ivata; MALTA, Deborah Carvalho. Violência física contra mulheres adultas perpetrada por parceiro íntimo: análise do VIVA Inquérito 2017. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3993–4002, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222710.08162022. Disponível em: http://scielo.br/j/csc/a/3dyQPb4YfNm5MVSSjY5VZ7L/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR . Acesso em: 10 ago. 2026.

VASCONCELOS, Nádia Machado de; BERNAL, Regina Tomie Ivata; SOUZA, Juliana Bottoni de; BORDONI, Polyanna Helena Coelho; STEIN, Caroline; COLL, Carolina de Vargas Nunes; MURRAY, Joseph; MALTA, Deborah Carvalho. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 10, e07732023, 2024. Disponível em: http://scielo.br/j/csc/a/3dyQPb4YfNm5MVSSjY5VZ7L/?format=pdf&lang=pt&ilang=pt_BR . Acesso em: 30 jun. 2025.

ZILLI, Luís Felipe. Mensurando a violência e o crime: potencialidades, vulnerabilidades e implicações para políticas de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 30–48, 2018. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/892/277> . Acesso em: 14 ago. 2026.

Data da submissão: 02.05.2026.

Data da aprovação: 24.07.2026.